



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) ELEITORAL RELATOR(A),
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Prestação de Contas n.º 47-58.2015.6.21.0000

Procedência: PORTO ALEGRE/RS

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS – DE PARTIDO POLÍTICO

Interessado: PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL – PTN

Relatora: DRA. GISELE ANNE VIEIRA DE AZAMBUJA

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS. DE PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2014. NOTIFICAÇÃO. OMISSÃO. CONTAS NÃO PRESTADAS.

1. O partido, regularmente intimado, permaneceu omissos quanto à obrigatoriedade da apresentação de sua conta de campanha, o que atrai o julgamento pela não prestação. **Parecer no sentido de que as contas sejam julgadas como não prestadas, com a suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário.**

I – RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas de campanha referente às eleições de 2014, do PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL – PTN, em conformidade com o art. 38, §3º, da Resolução TSE nº 23.406/2014, que, mesmo notificado após excedido o prazo para apresentação das contas (fl. 08), deixou transcorrer o prazo previsto sem se manifestar.

Na sequência, sobreveio Informação SJ / CORIP / SAPRO nº 001/2015 relatando que o Partido Trabalhista Nacional – PTN não participou do pleito de 2014 de forma isolada, tampouco integrou qualquer coligação registrada nesta eleição (fl. 10).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Após, os autos foram remetidos à Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS para que esta analisasse a possível ocorrência de envio ou recebimento de valores financeiros ou estimáveis em dinheiro à Direção Estadual do PTN no Rio Grande do Sul nas eleições de 2014 (fls. 12-13).

A informação técnica restou juntada na fl. 14.

Os autos vieram, então, a esta Procuradoria Regional Eleitoral para exame e parecer.

II – FUNDAMENTAÇÃO

É clara a Resolução TSE nº 23.406/2014, que em seu artigo 38, § 3º, dispõe que excedido o prazo para apresentação das contas de campanha, e após a notificação pela Justiça Eleitoral, as contas dos partidos políticos que permanecerem omissos devem ser julgadas como não prestadas. *In verbis*:

Art. 38. As prestações de contas finais de candidatos e de partidos políticos, incluídas as de seus respectivos comitês financeiros, deverão ser prestadas à Justiça Eleitoral até 4 de novembro de 2014 (Lei nº 9.504/97, art. 29, III).

(...)

§ 3º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, a Justiça Eleitoral notificará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, os partidos políticos e os candidatos, inclusive vice e suplentes, da obrigação de prestá-las, no prazo de 72 horas, após o que, permanecendo a omissão, serão elas julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, IV).

No caso dos autos, o partido, mesmo após a regular notificação (fl. 08), deixou transcorrer o prazo sem prestar as contas de campanha relativas ao pleito de 2014.

É assente a jurisprudência no sentido de, nesse caso, serem as contas julgadas como não prestadas. Veja-se:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de contas. Partidos políticos. Contas relativas às eleições 2012. Art. 37, alínea b, da Resolução TSE n. 23.376/2012. **Os partidos políticos que, após notificados pela Justiça Eleitoral, não prestarem as contas referentes às eleições 2012, terão as contas julgadas como não prestadas. Imposição da norma de regência, que visa à transparência das origens e aplicações dos recursos destinados ao financiamento da campanha política.** Aplicação da sanção de suspensão do recebimento das cotas do Fundo Partidário no ano seguinte ao trânsito em julgado. Contas julgadas não prestadas. (TRE-RS - Pet: 27538 RS , Relator: DESA. FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 05/11/2013, Data de Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 206, Data 07/11/2013, Página 2)

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS (fl. 14) informou que: **a)** não houve abertura de conta bancária pelo partido; **b)** não há indícios de envio de recursos oriundos do Fundo Partidário ao partido; **c)** não há declaração de que algum partido ou candidato tenha recebido ou doado recursos financeiros ou estimáveis à Direção Estadual do PTN no Rio Grande do Sul nas eleições de 2014.

Impõe-se, portanto, que as contas relativas ao pleito de 2014 sejam julgadas como não prestadas.

Por fim, verifica-se que, uma vez não prestadas as contas, aplicável à espécie a penalidade de suspensão de cotas do fundo partidário, nos termos do art. 54, § 3º, da Resolução TSE nº 23.406/2014:

Art. 54. (...)
(...)

§ 3º O partido político, por si ou por intermédio de comitê financeiro, que tiver as suas contas desaprovadas por descumprimento às normas referentes à arrecadação e aos gastos de recursos fixadas na Lei nº 9.504, de 1997, ou nesta resolução, perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte ao trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo de os candidatos beneficiados responderem por abuso do poder econômico ou por outras sanções cabíveis (Lei nº 9.504/97, art. 25).

No mesmo sentido, é o entendimento jurisprudencial deste Tribunal:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de contas de campanha. Caráter jurisdicional. Art. 2º da Res. TRE/RS n. 239/2013. Eleições 2012. Não se conhece das contas quando ausente a capacidade postulatória do partido interessado. Prestação desacompanhada do instrumento de mandato a advogado. **Suspensão das cotas do Fundo Partidário no patamar mínimo. Contas não prestadas.** (TRE-RS - PC: 29274 RS , Relator: DR. INGO WOLFGANG SARLET, Data de Julgamento: 23/09/2014, Data de Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 172, Data 25/09/2014, Página 2)

Prestação de contas. Partidos políticos. Contas relativas às eleições 2012. Art. 37, alínea b, da Resolução TSE n. 23.376/2012. **Os partidos políticos que, após notificados pela Justiça Eleitoral, não prestarem as contas referentes às eleições 2012, terão as contas julgadas como não prestadas. Imposição da norma de regência, que visa à transparência das origens e aplicações dos recursos destinados ao financiamento da campanha política. Aplicação da sanção de suspensão do recebimento das cotas do Fundo Partidário no ano seguinte ao trânsito em julgado. Contas julgadas não prestadas.** (TRE-RS - Pet: 27538 RS , Relator: DESA. FEDERAL MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 05/11/2013, Data de Publicação: DEJERS - Diário de Justiça Eletrônico do TRE-RS, Tomo 206, Data 07/11/2013, Página 2)

Outrossim, segundo o §4º do mesmo dispositivo, é necessário que a sanção de suspensão de cotas do Fundo Partidário seja acompanhada de juízo de proporcionalidade e razoabilidade, sendo fixada entre 1 e 12 meses de suspensão:

Art. 54. (...)

§ 4º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas do candidato, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 mês a 12 meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, na importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão caso a prestação de contas não seja julgada após 5 (cinco) anos de sua apresentação (Lei nº 9.504/97, art. 25, parágrafo único).

É possível extrair da jurisprudência alguns parâmetros para a fixação do período de suspensão do repasse das cotas ao partido que tem suas contas desaprovadas, são eles: a colaboração do partido para a prestação de contas; a gravidade das irregularidades que ensejaram a desaprovação da prestação de contas; o percentual alcançado pelas irregularidades em relação ao total da prestação de contas e o valor absoluto das irregularidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

No caso dos autos, verifica-se que o Partido Trabalhista Nacional não apresentou a prestações de contas de campanha referente ao pleito de 2014. No entanto, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS (fl. 14) informou que não houve movimentação financeira pelo partido, haja vista que não há registro de que algum partido ou candidato tenha recebido ou doado recursos financeiros ou estimáveis à Direção Estadual do PTN no Rio Grande do Sul nas eleições de 2014, bem como não há indícios de envio de recursos oriundos do Fundo Partidário ao partido.

Logo, no caso em questão, a sanção de suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário no seu patamar mínimo – 01 (um) mês, mostra-se razoável, haja vista a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como os parâmetros conferidos pela jurisprudência a casos como o dos autos.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral para que as contas sejam julgadas como não prestadas, com a suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário por 1 (um) mês.

Porto Alegre, 30 de março de 2015.

Marcelo Beckhausen
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

C:\conv\docs\orig\df2fdj261uhqtrcpdv9_1240_63965335_150406230108.odt